

Recensão do livro “Futuro Ancestral” de Ailton Krenak

Delia Sloneanu

sloneanu.delia@gmail.com

Arquiteta, romena, sócia-fundadora do Studio Papaya. Doutoranda em Arquitetura Contemporânea no Departamento de Arquitetura da Universidade Autónoma de Lisboa (Da/UAL). São Paulo-SP, Brasil.

Para citação: SLONEANU, Delia – Recensão do livro “Futuro Ancestral”, de Ailton Krenak. **Estudo Prévio** 28. Lisboa: CEACTIONAL - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, junho 2026, p. 183-187. ISSN: 2182-4339 [Disponível em: www.estudoprevio.net]. DOI: <https://doi.org/10.26619/2182-4339/28.01>

Recebido a 22 de outubro de 2025 e aceite para publicação a 5 de janeiro de 2026.

Creative Commons, licença CC BY-4.0: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

A apresentação do livro “Futuro Ancestral” não é tarefa simples, pois convoca a tradução de uma outra forma de saber, do ponto de vista de uma cosmogonia indígena. Olhar através dessa lente deve ser um exercício cauteloso, de sensibilidade às nuances e respeito às diferenças, por que, afinal, não deixa de ser uma lente emprestada por nós, pessoas não-indígenas. Esse exercício passa, necessariamente, pela afetação entre cosmovisões distintas.

A descrição do livro poderia começar com aquilo que se mostra evidente, dizendo que é um livro da autoria de Ailton Krenak, indígena brasileiro do povo Krenak, filósofo e ativista socioambiental, líder na defesa dos direitos indígenas, primeiro membro indígena da Academia Brasileira de Letras; ou que o livro é uma organização textual de Rita Carelli a partir da oralidade, por meio de entrevistas, palestras, aulas e seminários concedidas por Krenak entre 2020 e 2021; ou que o livro têm 122 páginas, organizado em 5 capítulos temáticos, e faz parte de uma série de livros publicados pela Companhia das Letras. Descrevê-lo de uma forma que pretende classificar seu conteúdo em categorias parece ir na contramão da maneira como os saberes que o livro traz se articulam e chegam até nós, seres não indígenas, cidadãos das cidades. Saberes esses, que escapam a classificação hegemónica, antropocentrada, que se configuram dentro de um imaginário outro, na base de uma cosmovisão ancestral.

Numa primeira aproximação com o corpo do livro, vêm na cabeça a filosofia deleuze-guattariana, segundo a qual “não há diferença entre aquilo que um livro fala e a maneira como é feito.” Nesse contexto, o livro não tem objeto nem sujeito, tornando-se um agenciamento, em conexão com outros agenciamentos. Isso se mostra particularmente relevante quando analisamos a oralidade de Krenak, que é sempre um agente de

multiplicidades, em conexão com os saberes ancestrais do mundo. A pergunta não é o que o livro quer dizer, mas sim com que multiplicidades ele conflui, e veremos que estas não são poucas.

À primeira vista, o tamanho físico do livro pode nos enganar, deixando-nos a acreditar que as dimensões reduzidas ou a linguagem não acadêmica poderiam ser, de alguma forma, proporcionais ao grau de entendimento do mesmo. No decorrer da leitura, o livro parece passar a ser aquilo que ele descreve, um rio onde confluem diversos saberes, de vários povos indígenas, andinos, quilombolas, sul-americanos, um fluxo de conhecimento que, a cada confluência, se enriquece com novas subjetividades.

No primeiro capítulo, “Saudações aos rios”, Krenak nos chama a atenção para a riqueza imensurável que é viver na presença dos rios-montanhas, entendidos como seres vivos, portadores da ancestralidade do seu povo. Povo esse, que opera na base da observação sensível do mundo natural, praticando, assim, o devir-rio e devir-montanha. É invocada a noção de deslocamento, primeiro como característica física, não deixando de mencionar os rios voadores e a ciclicidade desse atravessamento, onde “as águas dos rios são as do céu, e as águas do céu são as do rio”, mas depois também como abstração, um deslocamento que possibilita sair da “mesmice da antropomorfia, e experimentar outras formas de existir”, ampliando a visão de mundo. Ao descrever o devir-água, o autor fala sobre potência, resiliência e adaptabilidade, principalmente quando colocado em contraste com o contexto das metrópoles brasileiras que recusam a presença desses seres vivos. Krenak nos mostra a diferença quase antagônica entre as pessoas que vivem na cidade e as que vivem junto a natureza:

“A maioria das pessoas pensa que só se vive em terra firme e não imagina que tem uma parte da humanidade que encontra nas águas a completude da sua existência, de sua cultura, de sua economia e experiência de pertencer” (KRENAK, 2022: 17-18)

O autor relembra, num ato de saudação — e, consequentemente, de reconhecimento — diversos rios, sempre em conexão indissociável com os povos que os habitam: o povo Watu e os rios Jequitinhonha e Mucuri, os Ashaninka e o rio Juruá, os Mundukuru e Sateré Mawé e o Tapajós, os povos que moram em palafitas no Peru e na Colômbia, assim como no lago Titicaca. Tantos outros rios, Xingu, Amazonas, Rio Negro, Solimões, São Francisco, Madeira, Tocantins, mas também Tejo, Niva, Ganges. Na cidade de São Paulo, o rio Tietê é assemelhado a um esgoto, enquanto tantos outros foram asfixiados abaixo do asfalto, numa ação de recusa e colapso afetivo. Frente a este desafeto, os rios têm a capacidade de mergulhar em si, em baixo de várias camadas de solo. Como seres vivos, eles também denunciam e recusam essa relação exploratória, confluindo por outros caminhos. O poder de resiliência e regeneração dos rios excede a capacidade dos seres humanos de fazer o mesmo. O autor chama a atenção para o perigo que é se tornar inimigo da água, fazendo o convite de ser água e aprender a sua linguagem.

Em “Cartografias para depois do fim”, o autor traz a ideia de multiplicidade e de necessidade de inclusão de novos paradigmas, frente a uma gestão capitalista entrando em colapso. Desta maneira, desafia os leitores a “imaginar cartografias, camadas de mundos, nas quais as narrativas sejam tão plurais que não precisamos entrar em conflito ao evocar diferentes histórias de fundação” (idem: 32).

Trata-se de uma afirmação profundamente significativa, na medida em que o autor destaca a relevância da convivência entre diferentes epistemologias, atribuindo sentido

às experiências singulares de cada povo e aos múltiplos modos de vida existentes no planeta. Viver a multiplicidade e aprender com outros saberes leva a criação de uma cartografia afetiva, onde a produção das subjetividades se deixa afetar pelo outro. “Cartografias para depois do fim” mapeia territórios outros, com suas epistemologias singulares, oferecendo possibilidades de navegação num mundo pós-capitalista. Ao invocar Antônio Bispo dos Santos, Krenak fala sobre confluências, o antídoto para a monocultura da necropolítica. Confluências como veículo da multiplicidade, numa existência rizomática onde mundos diversos podem se afetar.

“Se o colonialismo nos causou um dano quase irreparável foi o de afirmar que somos todos iguais. Agora a gente vai ter que desmentir isso e evocar o mundo das cartografias afetivas, nas quais o rio pode escapar ao dano, à vida, à bala perdida, e a liberdade não seja só uma contradição de aceitação de sujeito, mas uma experiência tão radical que nos leve além da ideia de finitude” (idem: 42-43).

Em “Cidades, pandemias e outras geringonças”, o autor reflete sobre a dicotomia cidade-floresta, e sobre como essa perspectiva antagônica é introduzida no imaginário infantil desde muito cedo, exemplificado na figura do lobo mal que ameaça o chapeuzinho vermelho. Num contexto da história recente, que teve a pandemia como agravante, o aparecimento do vírus também é atribuído ao mundo da natureza selvagem, em oposição às cidades civilizadas e tecnológicas. Com um entendimento claro sobre a como a arquitetura moderna reconfigurou o paradigma da civilização ocidental, o autor se questiona e nos faz questionar a maneira como outras culturas produzem suas epistemes, quais são as gramáticas empregadas em lugares como a África, a Índia ou a China, para falar das cidades, do que é sujo em oposição ao que é limpo, contrapondo a cultura sanitaria ocidental. Assim surge o seguinte pensamento:

“Como a ideia de que a vida é selvagem poderia incidir sobre a produção do pensamento urbanístico hoje? É uma convocatória a uma rebelião do ponto de vista epistemológico, de colaborar com a produção da vida. Quando eu falo que a vida é selvagem, quero chamar atenção para uma potência de existir que tem uma poética esquecida, abandonada pelas escolas que formaram os profissionais que perpetuam a lógica de que civilização é urbana, e tudo que está fora das cidades é bárbaro, primitivo — e a gente pode tacar fogo” (idem: 63-64)

Para reforçar a sua visão sobre cidadania na era do antropoceno — ou melhor, capitaloceno — Krenak invoca o ex-presidente uruguaio, José Mujica, quando diz que estamos substituindo a ideia de cidadão pela ideia de consumidor, num mundo habitado por clientes, que tem a ilusão e prepotência de que podem prolongar a própria existência no planeta. No contexto capitalista, as cidades são plataformas imprescindíveis para o desenvolvimento tecnológico. Ao citar Eduardo Viveiros de Castro, Krenak traz uma antítese, dizendo que a tecnologia no qual o Brasil mais se especializou é a da produção de pobreza: “se você tira um Yanomami da floresta, onde ele tem água, alimento e autonomia, e bota em Boa Vista, isso é produção de pobreza” (idem: 57).

Ao se perguntar de que forma é possível atravessar os muros da cidade, Krenak propõe uma contra-palavra: florestania, em vez de cidadania; uma experiência que pode ser provocada como antídoto para a ordem urbana sanitária, uma maneira de convocar a floresta e fazê-la existir em nós. Conciliar a cidade com a floresta, reflorestar o nosso imaginário.

Em “Alianças afetivas”, Krenak usa da história da articulação entre seringueiros e indígenas, de luta pelos direitos à terra, marcada pela figura de Chico Mendes, e do contágio positivo de culturas entre os dois grupos, para introduzir um movimento onde

ele foi um dos idealizadores, a Aliança dos Povos da Floresta, criado em 1980. Sem querer que esse movimento se tornasse uma aliança política e, desta forma, obrigar os seus membros a uma igualdade que chega a ser opressora, Krenak lança o conceito de “aliança afetiva”, pressupondo a criação de afetos entre mundos não iguais.

“Esse movimento não reclama por igualdade, ao contrário, reconhece uma intrínseca alteridade em cada pessoa, em cada ser, introduz uma desigualdade radical diante da qual a gente se obriga a uma pausa antes de entrar: tem que tirar as sandálias, não se pode entrar calçado. Assim eu escapei das parábolas do sindicato e do partido (...) e fui experimentar a dança das alianças afetivas, que envolvem a mim e uma constelação de pessoas e seres na qual eu desapareço: não preciso mais ser uma entidade política, posso ser só uma pessoa dentro de um fluxo capaz de produzir afetos e sentidos” (idem: 82-83).

O autor fala em conjugar o verbo mundizar, como potência de experimentar outros mundos e, assim, imaginar pluriversos. Menciona Alberto Acosta e os pensadores andinos que evocam a possibilidade de uma dinâmica de afetos entre esses mundos. Chama pela presença dos povos indígenas na construção de um novo constitucionalismo na América Latina que, a partir dos Andes, é capaz de trazer outras perspectivas sobre o conceito de país e nação, compartilhando suas potências e confluindo, assim como os rios o fazem.

Em “O coração no ritmo da terra”, Krenak fala sobre o futuro da educação, de uma perspectiva ancestral, que entende que os seres chegam ao mundo já conformados. Em cima dessa base preexistente, acrescenta-se em camadas as habilidades necessárias para a produção da pessoa. Esse entendimento, sem entrar em conflito com a experiência de existir, vai na contramão da concepção vigente de que as pessoas precisam ser moldadas para ter uma utilidade, num mundo moderno onde a competitividade é estimulada. Nesses moldes, a projeção do futuro é cada vez mais improvável, um futuro acelerado, com uma narrativa única.

O autor fala sobre a importância dos primeiros anos de vida, seja na antroposofia, seja em outras culturas tradicionais, onde o primeiro setênio de vida é enxergado como um período de fixação na Terra, de cartografia do mundo, que fornece um mapa para a experiência do futuro adulto, período no qual não deveríamos sofrer moldagem alguma. “Em vez de serem pensadas como embalagens vazias que precisam ser preenchidas”, as crianças são portadoras de “uma criatividade e uma subjetividade capazes de inventar outros mundos”. A chave para o futuro, segundo o autor, é acolher a subjetividade das pessoas novas. É na infância que os seres humanos, ao conviver com os outros seres, sejam vegetais ou animais, se percebem como parte integrante da natureza, tendo desta forma, a experiência do sujeito coletivo.

“Trata-se de sentir a vida nos outros seres, numa árvore, numa montanha, num peixe, num pássaro, e se implicar. A presença dos outros seres não apenas se soma a paisagem do lugar que habito, como modifica o mundo. Essa potência de se perceber pertencendo a um todo e podendo modificar o mundo poderia ser uma boa ideia de educação. Não para um tempo e um lugar imaginários, mas para o ponto que estamos agora” (idem: 102-103).

Novamente, o autor critica a pedagogia ocidental que estimula a excelência, a procura por um lugar de destaque, na contramão de uma existência coletiva. Propõe, então, uma educação que se dá na fricção com o cotidiano, fora da sala de aula, fricção que proporciona um campo de subjetividade essencial, ao mesmo tempo que ensina a viver de maneira integrada com o coletivo. A partilha reside na essência do aprendizado das

crianças indígenas, que anseiam por serem antigas, ou seja, sábias, igual seus ancestrais, com o coração batendo no ritmo da terra.

O conjunto de reflexões que Ailton Krenak traz no presente livro revela por que sua obra se tornou um contributo indispensável para a construção de um corpo teórico plural e contemporâneo. Tensionando os limites da epistemologia ocidental, ao propor a confluência de múltiplas formas de existir, o autor desloca o pensamento e a produção de conhecimento para além das categorias hegemônicas, reformulando a imaginação política, ambiental e pedagógica a partir de uma cosmovisão indígena e existência situada. Com uma linguagem acessível e, ao mesmo tempo, poética, Krenak cria gramáticas alternativas, em articular saberes ancestrais — indígenas, andinos, quilombolas — como operadores conceituais capazes de reconfigurar noções de território, cidadania, educação, subjetividade e futuro. O livro é um gesto de reencantamento do pensamento, convocando seus leitores a imaginar futuros possíveis, que surgem ao reconhecer a potência da multiplicidade de existências.

Bibliografia

KRENAK, Ailton - **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.